

EXPECTATIVAS DOS JOVENS DO ENSINO MÉDIO EM MEIO ÀS MUDANÇAS INSTITUÍDAS PELA LEI N° 13.415/2017

*Ana Lara CASAGRANDE¹
Joyce Mary ADAM²*

Resumo

A Lei nº 13.415/2017 institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, alterando estruturalmente o Ensino Médio, o que envolve: ampliação da jornada e estabelecimento de itinerários formativos. Com o objetivo de analisar a perspectiva dos jovens matriculados no 3º ano do Ensino Médio, a pesquisa de pós-doutorado, da qual são apresentados os resultados, envolveu a aplicação de questionários escritos a 238 alunos, de escolas públicas e privadas, de um município médio do interior do estado de São Paulo. A técnica de sistematização dos dados envolveu a estatística. Os dados revelam que é significativa a relação entre o desejo dos alunos em fazer curso técnico e o nível de escolaridade dos pais, enquanto o mesmo não foi verdadeiro para o Ensino Superior, pois a maioria dos estudantes, independentemente do nível instrucional genealógico, têm o desejo de dar continuidade aos estudos em nível superior.

Palavras-chave: Ensino Médio. Reforma. Tempo integral. Formação profissional. Juventude.

¹ Doutora e Pós-doutora em Educação. Professora Adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT. ORCID 0000-0002-6912-6424.

E-mail: anacasagrande@ufmt.br.

² Doutora e Livre-docente em Educação. Professora Associada da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/UNESP. ORCID 0000-000-2576-2194.

E-mail: joyce.adam@unesp.br.

EXPECTATIONS OF HIGH SCHOOL YOUNG PEOPLE WITH THE CHANGES IMPOSED BY LAW N° 13.415/2017

*Ana Lara CASAGRANDE
Joyce Mary ADAM*

Abstract

Law n° 13.415/2017 institutes the Policy to Promote the Implementation of Full-Time High Schools, structurally altering High School, which involves increasing the hours at school and establishing training itineraries. In order to analyze the perspective of young people enrolled in the third year of high school, the postdoctoral research, from which the results are presented, involved the application of written questionnaires to 238 students, from public and private schools of an upstate municipality of São Paulo state. The data systematization technique involved statistics. The data reveal that the relationship between the desire of students to take a technical course and the level of education of their parents is significant, while the same was not true for Higher Education, since most students, regardless of their genealogical educational level, have the desire to continue studies at a higher level.

Keywords: High School. Reform. Full-time. Professional qualification. Youth.

EXPECTATIVAS DE LOS JÓVENES DE SECUNDARIA ANTE LOS CAMBIOS INSTITUIDOS POR LA LEY N.º 13.415/2017

*Ana Lara CASAGRANDE
Joyce Mary ADAM*

Resumen

La Ley n.º 13.415/2017 instituye la Política de Incentivo a la Implementación de Escuelas Secundarias de Tiempo Completo, modificando la estructura de la Educación Secundaria, lo que implica: extender el recorrido y establecer itinerarios formativos. Para analizar la perspectiva de los jóvenes matriculados en el 3.er año de secundaria, la investigación postdoctoral, de la cual se presentan los resultados, involucró la aplicación de cuestionarios escritos a 238 estudiantes, de colegios públicos y privados, de un municipio mediano del interior del estado de São Paulo. La técnica de sistematización de datos involucró estadística. Los datos revelan que la relación entre el deseo de los estudiantes de tomar un curso técnico y el nivel de educación de sus padres es significativa, mientras que no ocurre lo mismo con la Educación Superior, ya que la mayoría de los estudiantes, independientemente del nivel de instrucción genealógico, tienen el deseo de continuar sus estudios a un nivel superior.

Palabras clave: Escuela secundaria. Remodelación. Tiempo integral. Formación profesional. Juventud.

Introdução

Este trabalho apresenta resultados da pesquisa de pós-doutorado, cujo objetivo foi investigar a concepção de Ensino Médio ensejada pelos jovens que cursam esta etapa de ensino, bem como verificar a convergência entre a proposta de reformulação do governo, por meio da Lei nº 13.415/2017, e os anseios da juventude alvo dessa proposta. Destaca-se que “dar voz” ao jovem foi o escopo central deste trabalho, pois contata-se que eles são, muitas vezes, desconsiderados nas discussões sobre o Ensino Médio, caracterizando-se como “objeto do discurso do outro – seja o da autoridade conferida à geração mais velha, seja o dos saberes disciplinares – e que, portanto, silenciados [...] continuam a se subjetivar como tutelados, invisíveis e ‘não-falantes’” (CASTRO, 2011, p.300).

De acordo com Carneiro (2012, p.170/171), considera-se que “se a escola de Ensino Médio é a escola do aluno jovem, é imperioso para esta escola *assumir* a juventude. Mais do que acolhê-la na sala de aula, é necessário deixá-la falar, usando o seu sotaque genuíno”.

A preocupação desta pesquisa nasce da constatação de expectativas diferenciadas para o Ensino Médio e a falta de consenso sobre o seu papel na educação brasileira. Nesse sentido, Carneiro (2012) considera que o Ensino Médio legalmente se constitui em etapa final da educação básica e não como parte isolada ou segmento blindado dessa blocagem. Para o autor, a etapa de ensino em questão está dissociada do conceito de educação básica e das necessidades básicas da aprendizagem dos seus alunos. Qual seria, então, a necessidade dos alunos?

Buscando responder a esse questionamento, este artigo está organizado em três seções, além desta Introdução e das Considerações finais. A seção 1 detalha o referencial analítico utilizado. Mostra-se o quanto o Ensino Médio é uma etapa controversa quanto a sua finalidade e alvo do mercado de trabalho. Na seção 2, é apresentada a metodologia de pesquisa e o instrumento de coleta de dados, que adota procedimentos da abordagem quantitativa (teste qui-quadrado) e qualitativa (análise posterior dos dados levantados). Os resultados obtidos sobre a relação entre as variáveis estabelecidas são apresentados na seção 3.

Referencial analítico

Ensino Médio e política educacional: problemas e embates históricos

O Estado brasileiro não planejou o Ensino Médio para receber alunos de classes populares, afirma Carneiro (2012). Em perspectiva crítica, o autor afirma que aos mesmos estavam reservados, no passado, os colégios agrícolas, os cursos de comércio, com o fim de obtenção de certificados/diplomas de aprendizagem profissional (CARNEIRO, 2012, p.23).

Mais recentemente, o cenário político brasileiro não colaborou para que fossem acionadas medidas para melhorar efetivamente os problemas relacionados ao Ensino Médio público, comumente destacados apenas “quando saem resultados incômodos de avaliações internacionais ou quando o setor empresarial passa a reclamar do baixo nível de escolaridade dos trabalhadores” (CARNEIRO, 2012, p.11). Com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff³, foram aprovadas alterações nas políticas públicas que envolviam propostas derrotadas nas urnas no ano de 2016, pois na ótica de Saviani (2018, p.302) a reeleição “obtida nas eleições de outubro permitia manter a expectativa de continuidade da política educacional então em curso”.

Saviani (2018, p.302) considera, então, as reformas empreendidas pelo governo Michel Temer, que assumiu a presidência da República após o supracitado *impeachment*, reconhecido como golpe, regressivas e resgatadoras do espírito autoritário, que conduzem a “um retrocesso não de anos, mas de décadas, incidindo sobre vários aspectos”. Não havia apoio popular a boa parte das proposições, porque o próprio presidente teve uma aprovação baixíssima: o índice dos brasileiros que julgavam a gestão de Michel Temer ótima ou boa chegou a 3% em setembro do ano de 2017⁴ (VEJA, 2017).

O Ensino Médio é a etapa a qual se direcionou a reforma, considerada desafiadora em termos de políticas públicas, dados os problemas a ela relacionados, em termos de, sobretudo, repetência e evasão. Trata-se da última etapa da Educação Básica no Brasil e tem como finalidade: a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando; o aprimoramento do educando como pessoa humana; a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996, art. 35). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – afirma também que a educação escolar deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (art. 1º § 2º).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM (Resolução CNE/CEB nº 3/98, fundamentadas no Parecer CNE/CEB nº 15/98) estabeleciam a vinculação entre a educação, o mundo do trabalho e a prática social, de modo que se consolidasse a preparação para o exercício da cidadania e propiciasse a preparação básica para o trabalho. As novas DCNEM foram

³ O processo teve início com o acolhimento do pedido de impeachment, redigido por Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal, por parte do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (cassado em setembro de 2016), em 02 de dezembro de 2015, pouco tempo após ter início a instauração da investigação contra o próprio deputado em 3 de novembro de 2015. O mesmo foi encerrado no dia 31 de agosto de 2016, resultando na cassação do mandato de Dilma.

⁴ Dados da pesquisa do Ibope, encomendada pela Confederação Nacional da Indústria, com nível de confiança de 95% e margem de erro de dois pontos percentuais, para mais ou para menos. Foram ouvidas duas mil pessoas em 126 municípios, de 15 a 20 de setembro de 2017.

homologadas no ano de 2018⁵, observando as alterações introduzidas na LDB pela Lei nº 13.415/2017 e justificando a necessidade de alinhamento entre ambas:

A presente proposta de atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio se faz necessária tanto para a efetiva implementação da BNCC – Etapa Ensino Médio, quanto para a própria implantação da Reforma do Ensino Médio proposta pela Lei nº 13.415/2017, que introduz importantes alterações no texto da atual LDB, convertendo em Lei as propostas apresentadas pelo Executivo ao Congresso Nacional pela Medida Provisória nº 746/2016 (BRASIL, 2018).

A vinculação ao mundo do trabalho é histórica no Ensino Médio. A primeira iniciativa de mudar o currículo do chamado ensino secundário à época (a fim de preparar o jovem para a vida e o trabalho), partiu do próprio Ministério da Educação, em 1953. Pretendia-se incluir atividades práticas como artes industriais, agricultura, comércio e economia doméstica. Embora esse projeto não tenha se efetivado, manteve-se como uma orientação no âmbito da administração educacional (CUNHA, 2005).

Quando assumiu a direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, em 1957, Anísio Teixeira elaborou um projeto de difusão da educação complementar, inspirado na experiência do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em Salvador, objetivando propiciar a extensão da escolaridade obrigatória em mais duas séries, conciliando a educação geral com a preparação para o trabalho (CUNHA, 2005).

No esteio da relação entre Ensino Médio e mundo do trabalho, o texto da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, fornecia os parâmetros para a elaboração do currículo do ensino de 2º grau, ao determinar que, nele, a parte propriamente profissionalizante deveria prevalecer sobre a educação geral, assim como o objetivo deveria ser o de propiciar a habilitação profissional de cada aluno (CUNHA, 2005).

Tal objetivo está ligado à providência tomada pelo governo para assumir o controle da situação de alta demanda pelo Ensino Superior. Investir no ensino médio reconfigurado, seria estratégico, pois “se ele preparasse para o trabalho, diminuiria a demanda dos que se candidatassem à universidade” (CUNHA, 1977, p.143). Quanto à universidade, Carneiro (2012, p.22) afirma que ela exerce fascínio tamanho no imaginário coletivo, que “o número de alunos de determinada escola que consegue ingressar em seus cursos, torna-se a sinalização mais importante e o indicador definitivo da qualidade da escola”.

Sobre as razões para explicar a falácia da reforma, no trabalho realizado por encomenda do Inep/MEC, publicado em 1982, “Carlos Robert Jamil Cury, Maria Inez Bedran, Maria Umbelina Salgado e Sandra Azzi relacionaram as razões encontradas por várias pesquisas para explicar a

⁵ Cujo relator foi Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti. Parecer homologado: Portaria nº 1.210, publicada no D.O.U. de 21/11/2018, Seção 1, Pág. 49.

precariedade da profissionalização na escola de 2º grau, em razão da reforma de 1971”, apontando que a profissionalização, entre outros: restringiu-se, praticamente, às escolas que já eram profissionalizantes; a preferência era pela implantação de habilitações de baixo custo, sem consonância com as aptidões dos alunos e a oferta de habilitação profissional não diminuiu a demanda de candidatos aos concursos vestibulares, pois a grande motivação era a continuidade dos estudos em grau superior (CUNHA, 2005, p.195).

Alguns dos problemas evidenciados na reforma supracitada são similares aos alertas realizados por pesquisadores do campo educacional quanto a mais recente reforma do Ensino Médio, cujo embrião data do ano de 2016: as escolas privadas aderirão à mudança estrutural dos seus cursos de Ensino Médio? Se não, qual a razão? Os cursos da formação profissional serão efetivamente oferecidos em função da demanda dos alunos? Isso mudará o fato de os jovens ensinarem o Ensino Superior?

Na verdade, no caso da recente reforma, a crítica é anterior e parte do próprio modo como foi estabelecida, baixada via medida provisória, sendo que os estados e o Distrito Federal deveriam ser consultados sobre a proposta de reforma do Ensino Médio, como responsáveis pela etapa, conforme dispõe a LDB em vigor. “No entanto, nem mesmo foram informados, sendo surpreendidos com a entrada em vigor da referida reforma uma vez que, sendo baixada por medida provisória, passou a valer imediatamente após sua promulgação” (SAVIANI, 2018, p.302), por isso, o autor a considera autoritária. Cabe esclarecer que a Medida Provisória está prevista na Constituição Federal de 1988, art. 62, para casos de “relevância e urgência”, elas têm força de lei, devendo ser submetidas de imediato ao Congresso Nacional (BRASIL, 1988).

As discussões em torno de uma proposta de reformulação no Ensino Médio tomaram forma, então, via Medida Provisória nº 746/2016, alterada na comissão mista e na Câmara dos Deputados. Tal MP foi aprovada no Senado, sob a forma do Projeto de Lei de Conversão nº 34/2016. O relator da matéria, senador Pedro Chaves (PSC-MS), acolheu parcial ou totalmente 148 das 568 emendas apresentadas. Posteriormente a esse contexto, a MP foi sancionada no ano seguinte (2017) como a Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, instituindo a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Ficou estabelecido que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual será destinada no máximo 1.800 horas do total da carga horária do Ensino Médio, definirá direitos e objetivos de aprendizagem para essa etapa da Educação Básica, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação. O currículo do Ensino Médio, então, será composto pela BNCC e por itinerários

formativos, acrescida a formação técnica e profissional. Algumas críticas direcionadas à organização curricular proposta dizem respeito à: “redução da formação comum a, no máximo, 1.800 horas, a hierarquização das disciplinas e a escolha precoce por uma área especializada de estudos em um período em que o jovem está se preparando para fazer suas escolhas” (KUENZER, 2017, p.336).

A oferta de formação com ênfase técnica e profissional considerará a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, por meio de parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional; há a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade (aprovada previamente pelo Conselho Estadual de Educação, homologada pelo Secretário Estadual de Educação e certificada pelos sistemas de ensino) (BRASIL, 2017a).

Para cumprimento das exigências curriculares do Ensino Médio, estabelece-se que os sistemas de ensino possam reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento, mediante comprovação de demonstração prática, experiência de trabalho supervisionado ou outra experiência adquirida fora do ambiente escolar, entre outros (BRASIL, 2017a).

Um aspecto polêmico da Lei em destaque foi a permissão da atuação, dentro do espaço escolar, de profissionais com notório saber, ainda que estabeleça que devam ter esse saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado; admite-se também a atuação de profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2017a).

Sobre o repasse de recursos, afirma-se que será realizado com base no número de matrículas cadastradas pelos Estados e pelo Distrito Federal no Censo Escolar da Educação Básica, anualmente, a partir de valor único por aluno, respeitada a disponibilidade orçamentária para atendimento, a ser definida por ato do Ministro de Estado da Educação (BRASIL, 2017a).

Quanto à ampliação da jornada, destacamos o caráter seletivo que pode ser atribuído a tais escolas, pois os jovens alunos trabalhadores ficam impossibilitados de manter, em concomitância, uma jornada de trabalho aliada à escola em tempo integral. Considerando as injunções dessa lei, sobretudo quanto aos jovens trabalhadores, Kuenzer (2017, p.336) expõe o controverso cenário:

Se os setores públicos (MEC e Secretarias de Estado da Educação) e privados (Fundação UNIBANCO, Todos pela Educação, Sistema S e outros) aplaudem a flexibilização, os intelectuais e estudantes que vêm defendendo, ao longo dos últimos 30 anos, uma proposta para os que vivem do trabalho, organizados em movimentos sociais ou individualmente, fizeram acirrado enfrentamento à proposta que se tornou lei.

Os jovens que vivem do trabalho o fazem em função da necessidade de complementação financeira da família em alguns casos e, em outros, do desejo de consumo. Bourdieu (1983) também identificou o desejo de ascender o mais rapidamente possível ao estatuto de adultos e às capacidades econômicas que lhes são associadas, no caso dos filhos das classes populares.

A função da escola pública de Ensino Médio, segundo Carneiro (2012, p.18), consiste em oferecer alta capacidade acadêmica e preparar os alunos para o exercício da cidadania, trabalho e prosseguimento nos estudos. Não fazendo isso, “a educação escolar não poderá contribuir para reposicionar o cidadão brasileiro em formação no âmbito da nova ordem global”.

Quando se tratam das especificidades dos tempos atuais, é importante destacar que a juventude contemporânea vive em um mundo que “se tornou digital”, no qual a tecnologia da informação é um elemento central (CASTELLS, 2017, p. 88). Isso implica na mudança de organização do (e a relação laboral no) mercado de trabalho, estabelecida em rede, o que “permite a terceirização e a subcontratação como modos de ter o trabalho executado externamente em uma adaptação flexível às condições do mercado” (CASTELLS, 2017, p. 339).

Para Carneiro (2012), a necessidade de qualificação profissional passou a basear-se em uma educação básica capaz de disponibilizar o conjunto de competências e habilidades, a partir de novos e exigentes parâmetros da sociedade do conhecimento e em rede. Os novos e exigentes parâmetros circundam um trabalhador ideal polivalente, para o qual não há estabilidade contratual, de modo que “o processo de transição histórica para uma sociedade informacional e uma economia global é caracterizado pela deterioração das condições de trabalho e de vida para uma quantidade significativa de trabalhadores” (CASTELLS, 2017, p. 340). Vale ressaltar que as mudanças no mundo do trabalho passam cultura digital, mas não se restringem a ela. O contexto atual da mundialização do capital, o desemprego estrutural, geração de subempregos, terceirização, flexibilização e fortalecimento da noção de empresariamento de si mesmo, isto é, estratégias neoliberais no mundo do trabalho não devem ser desconsideradas.

Soma-se a esse contexto, o fato de os jovens comporem o maior contingente desempregado: “Márcio Porchmann, economista do Ipea, chama atenção para o fato de que o desemprego no Brasil

é **jovem**. Isto porque um em cada dois desempregados tem menos de 25 anos” (CARNEIRO, 2012, p.99, grifo do autor).

Os jovens da faixa etária correspondente ao Ensino Médio são caracterizados como parte da Geração Y, formada pelos nativos digitais, ou seja, sujeitos que nasceram no início dos anos 1990, período de intensificação das novas tecnologias nas sociedades (PALFREY e GASSER, 2008). Não entrar-se-á na discussão sobre as peculiaridades de cada nação, isto é, se a geração Y brasileira é similar à norte-americana ou à europeia, pois se toma como eixo central a mundialização do consumo e da tecnologia, de modo que, nesse sentido, a realidade da juventude nos diferentes contextos, quanto à conectividade, aproxima-se.

As novidades do contexto da geração Y e a nova dinâmica direcionada ao Ensino Médio brasileiro fazem ressurgir debates em relação aos seus objetivos e à própria identidade dessa etapa. O fato é que os problemas relacionados ao Ensino Médio são evidentes. Segundo o Censo Escolar da Educação Básica 2016 – Notas estatísticas (BRASIL, 2017b), o número de matrículas no Ensino Médio corresponde a um total de 8.131.988. Um número inferior ao apontado pelo Censo 2010, de 8.357.675. O número total da população fora da escola no ano de 2017 era de 1.543.713 de jovens brasileiros de 15 a 17 anos, o que mostra que o objetivo de universalizar o acesso até o ano de 2016 não foi cumprido. Além disso, o Censo indica que o Ensino Médio possui as menores taxas de aprovação da Educação Básica. No entanto, essa etapa de ensino apresentou uma recuperação do nível de matrícula no último ano (2016) com um crescimento de 0,7% (BRASIL, 2017b).

Michel Temer, quando presidente da República, promulgou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado, que congela as despesas do Governo Federal com saúde e educação, com cifras corrigidas pela inflação, pelo período de até 20 anos. Na prática, o limite das despesas será o gasto do ano anterior corrigido pela inflação, isto é, na comparação do que o dinheiro é capaz de comprar em dado momento, fica praticamente inalterado, por isso se fala em congelamento. A justificativa do governo foi a de que a mudança fiscal ajudará na contenção do rombo nas contas públicas. Vale lembrar que ainda que a economia volte a crescer, o Estado terá a limitação na aplicação de recursos em setores imprescindíveis, como a educação.

O que intriga é a meta de ampliar a jornada estudantil no Ensino Médio, que envolve um valor de ponderação maior no FUNDEB, em um cenário de congelamento de gastos. Isto é: “A organização curricular determinada pela Lei obedece ao princípio da flexibilidade, com redução de custos, o que contradiz a expansão da duração” (KUENZER, 2017, p.334). Além de trazer para o

Ensino Médio uma necessidade de investimentos grande para operacionalizar a inserção da formação técnica, em termos estruturais e de pessoal.

Para Motta e Frigotto (2017, p.357), a razão ideológica da urgência da reforma do Ensino Médio não se sustenta no confronto com a realidade da educação pública, pois se diz respeito a “uma ‘reforma’ contra a maioria dos jovens – cerca de 85% dos que frequentam a escola pública –, cujo objetivo é administrar a ‘questão social’, condenando gerações ao trabalho simples”.

Metodologia

Elaborou-se um questionário específico para coletar dados junto às escolas de Ensino Médio, com vinte e seis questões divididas em três seções: (a) identificação do ano escolar; (b) dados sobre critério de classificação econômica do entrevistado; e (c) identificação do entrevistado. Assim, foram aplicados questionários escritos aos alunos da 3ª série do Ensino Médio, os quais continham algumas questões que permitiam que os alunos justificassem suas respostas. Todas as escolas de um município do interior do estado de São Paulo que oferecessem Ensino Médio foram convidadas a participar, públicas e privadas, após aprovação da pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da instituição à qual a pesquisa se vincula. Foi garantido o anonimato às instituições e aos participantes.

O município em questão conta com uma população estimada de 59.333 pessoas no ano de 2018, que no ano de 2010, conforme o Censo, era de 53.792 habitantes. No ano de 2017, havia um número total de 2.150 matrículas no Ensino Médio, distribuídas em 10 escolas que ofereciam a etapa. No ano de 2018, 1º semestre, 8 escolas urbanas ofereciam Ensino Médio regular e foram convidadas a participarem da pesquisa⁶, dessas, 7 aceitaram participar: 4 escolas públicas estaduais (sendo uma delas Escola de Período Integral) e 3 escolas privadas. Assim, o número total de sujeitos na pesquisa é de 238 alunos do 3º ano do Ensino Médio. A aplicação dos questionários se deu conforme disponibilidade das escolas e mediante autorização dos diretores(as) escolares. A pesquisadora acompanhou o preenchimento em todas as escolas participantes.

Tratou-se de um estudo exploratório, envolvendo a abordagem quantitativa, cuja técnica de sistematização dos dados envolveu a estatística, e abordagem qualitativa, que sustentou a interpretação dos padrões indicados pelos dados, por meio da análise que os circunscreve como um

⁶ Não foi feito contato com a Escola Técnica Estadual do município, por não corresponder aos objetivos da pesquisa, dado que os alunos já fizeram uma opção pelo ensino integrado com a formação profissional, o que poderia comprometer os dados quanto aos seus objetivos, por exemplo. Foi feito um recorte quanto ao período diurno, por conta dos impactos na reorganização da dinâmica de estudos dos jovens, o que não ocorre *a priori* em relação aos que estudam no período noturno. Uma das escolas estaduais, com a qual foram realizados diversos contatos, a direção à época não autorizou a aplicação do questionário.

aspecto do fenômeno social. O cruzamento das variáveis, para observar a significância da relação entre elas, deu-se por meio teste de qui-quadrado. O objetivo foi verificar se a frequência de uma determinada resposta obtida na amostra se desviaria significativamente, ou não, da frequência esperada (BEIGUELMAN, 1996).

A hipótese nula (ou conhecida por H_0) é a de que as variáveis são independentes, ou seja, não existe nenhuma relação estatística entre elas. A ideia é aceitar (não significativo) ou rejeitar (significativo) a hipótese nula. Portanto, caso o valor-p seja menor que 5% ou 0,05 (conhecido por nível de significância), há informações estatísticas suficientes para rejeitar a hipótese nula e, com isso, considerar que existe uma relação entre as duas variáveis estudadas no cruzamento (O valor-p foi significativo). Agora, se o valor-p for maior ou igual a 5%, não pode rejeitar-se a hipótese nula, e deve considerá-la verdadeira, considerando que as variáveis estudadas no cruzamento não têm relação estatística.

Desse modo, esta investigação envolveu a adoção de procedimentos metodológicos da abordagem quantitativa e qualitativa: “o uso da quantificação na investigação educacional – e de modo geral nas ciências em geral – não exclui de modo algum a qualificação e esta não exclui aquela [...] A quantidade só revela alguma coisa quando a ela atribuímos qualidade” (GATTI, 1986, p.70), o que significa dizer que necessitam de uma análise para se transformarem em informações úteis.

Resultados e discussão

Tendo em vista a problemática exposta e os diversos meandros que a envolvem, esta pesquisa contou com a participação de 238 alunos do 3º ano do Ensino Médio de um município do interior do estado de São Paulo, de escolas públicas e privadas, como apresentado, que responderam a um questionário com opções de respostas fechadas e outras com possibilidade de justificativa. O objetivo geral foi captar impressões sobre o funcionamento do Ensino Médio (se vislumbram necessidade de mudanças), sobre o suporte da escola na qual estudavam para os seus projetos e entender o perfil dos estudantes respondentes, com base na sua visão sobre si enquanto estudante. A seguir, então, são trazidas: a descrição das variáveis e a análise dos dados obtidos.

Os alunos investigados, das escolas públicas e privadas, têm entre 16 e 18 anos, sendo a maioria de 17 anos (50.84%) e autodeclarados brancos (58.40%). Quanto ao sexo, estão divididos exatamente no mesmo número de pessoas do sexo feminino e masculino. Todos residem no estado de SP, sendo que 93% deles no próprio município investigado e estudam nos períodos matutino

e/ou vespertino (no caso da escola em tempo integral em ambos os períodos). Isto é, não foram investigados alunos do período noturno.

Tabela 1 - Características dos sujeitos da pesquisa

	Nº de alunos (n = 238)	Percentual
Idade (Anos)		
16	102	42.86%
17	121	50.84%
18	15	6.30%
Sexo		
Masculino	119	50.00%
Feminino	119	50.00%
Raça / Cor		
Amarela	7	2.94%
Branco	139	58.40%
Negro	26	10.92%
Parda	65	27.32%
Outra	1	0.42%

Fonte: dados da pesquisa.

Quanto às características socioeconômicas, a maior parte dos alunos têm mães e pais com o Ensino Médio completo como nível máximo de escolaridade. A idade média das mães é de 42,02 anos com um desvio padrão de 5,69 e a idade média dos pais é de 45,36 anos com um desvio padrão de 6,07. Destaca-se que alguns alunos não souberam informar a idade dos pais ou de um dos pais, uma parcela não tinha um dos pais vivos e/ou relataram à pesquisadora não manterem contato, principalmente com a figura paterna, de maneira que foram orientados a deixar a informação sobre essa pessoa, em específico, sem resposta no questionário.

Os bens que possuem nas suas residências foram dispostos no questionário com base naqueles estabelecidos pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa – ABEP, por ser uma referência em critérios de classificação econômica, a saber: banheiro, empregados(a) doméstico(as), automóvel, microcomputador, lava louça, geladeira, freezer, lava roupa, DVD, micro-ondas, motocicleta e secadora de roupas. Dos doze itens totais, estabeleceu-se a divisão em dois grupos, dos alunos que informaram possuir até metade desses bens e os que declararam ter mais de 6 dos itens à disposição. Assim, a maioria dos estudantes declarou possuir mais de 6 itens (75.63%). A renda familiar informada pela maioria é de mais de R\$ 2.409,00. Esse valor foi tomado como base devido à frequência informada pelos sujeitos, dentre as opções, que eram: faixa de renda entre R\$ 1.446,00 a 2.409,00; R\$ 2.410,00 a 4427,00; R\$ 4428,00 a 8696,00; e de R\$ 8697,00 a 20.000,00.

Todos os sujeitos que participaram da investigação relataram ter água encanada e apenas 3 disseram não ter sua rua pavimentada.

Tabela 2 - Perfil socioeconômico dos sujeitos da pesquisa

	Nº de alunos (n = 238)	Percentual
Escolaridade da mãe		
Fundamental (Incompleto)	30	12.61%
Fundamental (Completo)	44	18.49%
Médio (Completo)	87	36.55%
Superior (Completo)	72	30.25%
Não sabe	5	2.10%
Escolaridade do Pai		
Fundamental (Incompleto)	38	15.97%
Fundamental (Completo)	40	16.81%
Médio (Completo)	86	36.13%
Superior (Completo)	56	23.53%
Não sabe	18	7.56%
Nº de Bens		
Até 6	58	24.37%
Mais de 6	180	75.63%
Renda Familiar		
Até R\$ 2.409,00	60	25.21%
Mais de R\$ 2.409,00	178	74.79%

Fonte: dados da pesquisa.

Nesta pesquisa, foram investigadas 4 escolas públicas estaduais e 3 escolas privadas, de maneira que o corpus está dividido em 70% dos alunos que responderam ao questionário matriculados em escolas públicas e 30% nas privadas em sentido estrito, ou seja, nenhuma das últimas era sem fins lucrativos ou filantrópica, mas uma delas se caracteriza como cooperativa de ensino.

Do total de investigados, 92.02% manifestaram o interesse em cursar o Ensino Superior e a maioria não manifestou o interesse por fazer curso técnico. Alguns deles assinalaram ambas as opções 36.13%. Ainda assim, o número de alunos que objetiva estudar em um centro universitário, faculdade ou universidade é predominante. Apesar de Carneiro (2012, p.241) enfatizar que “o Ensino Médio deve ser entendido como um conjunto de rotas e convergências para uma chegada, com sucesso de aprendizagem, ao ciclo de conclusão da educação básica”, é inevitável desconsiderar o manifesto interesse dos estudantes em torno do vestibular, que abre portas para o Ensino Superior. Dessa maneira, o Ensino Médio se reveste da incumbência de realizar esse desejo.

Carneiro (2012, p.181) reconhece o que ocorre na prática ao abordar-se essa etapa e afirma que as escolas privadas usam a aprovação no vestibular como uma bandeira forte de marketing sobre sua qualidade, que acabam servindo de parâmetro para as escolas públicas. Essa performance positiva da rede privada de Ensino Médio amplia espaço para sugerir uma leitura que o autor julga equivocada, “segundo a qual o melhor caminho seria adotar soluções privatizantes”. Nesse sentido, é importante esclarecer que cada rede tem as suas especificidades, a privada vende um serviço de interesse dos consumidores que a procuram, a aprovação nos vestibulares sintetiza a razão principal

pela qual os pais contratam os serviços da escola. No caso da escola pública, sua principal finalidade não é essa, por isso é importante não se envolver na teia argumentativa que coloca a escola privada, principalmente, referindo-se ao Ensino Médio, como o modelo a ser seguido.

Sobre o interesse dos jovens pelo Ensino Superior, Cunha (2005, p.184) considera que as “camadas médias estão fortemente representadas no contingente universitário, cujos componentes são justamente aqueles que, cada vez mais, dependem da educação de nível superior para ascender socialmente e até mesmo para permanecerem nos níveis já alcançados”. Desse modo, o autor entende que a procura pelos cursos superiores “é determinada pela *presença neles* de valor, no caso o requisito de ascensão social” (CUNHA, 2005, p.187).

Tabela 3 - Interesse dos alunos após a conclusão do Ensino Médio

	Nº de alunos (n = 238)	Percentual
Superior		
Não	19	7.98%
Sim	219	92.02%
Técnico		
Não	140	58.82%
Sim	98	41.18%
Cursar		
Somente superior	133	55.88%
Somente técnico	12	5.05%
Superior e/ou técnico	86	36.13%
Nenhum	7	2.94%

Fonte: dados da pesquisa.

Dos alunos das escolas públicas que têm o interesse em ingressar no Ensino Superior, os cursos mais indicados foram, em ordem decrescente de ocorrência: Direito, Engenharia, Medicina Veterinária, Educação Física, Medicina, Psicologia, Administração e Arquitetura e urbanismo. Dentre os cursos predominantemente pleiteados pelos alunos das escolas privadas estão: Medicina, Engenharia, Direito, Medicina Veterinária e Ciência da computação. Leão (2011, p.104) traz dados de uma pesquisa realizada com jovens do estado do Pará e afirma que se observou “uma grande idealização de alguns cursos, como Medicina e Direito, e quase um consenso em torno da exigência da escolarização superior”.

Sobre acreditar se a escola na qual estudavam estaria preparando-os para cumprirem com os seus objetivos futuros (de fazer curso técnico ou ingressar no Ensino Superior), a maior parte dos alunos, tanto da escola pública (61.45%) quanto da privada, mas com destaque para o expressivo número da segunda (95.83%), assinalou positivamente ao questionamento: Acredita que a escola

em que estuda te dará suporte para cumprir com seus planos? No panorama geral, 72% dos alunos responderam que sim e 28% que não.

Essa relação entre o jovem e a escola foi tema da reflexão de Carneiro (2012, p.247), o autor reconhece a escola como espaço, dentre as estruturas sociais, de extrema importância para os jovens: “Nela, o individual, o social, o simbólico e o imaginário podem constituir dimensões adequadamente apropriadas, em favor da localização pedagógica do binômio adolescente/cidadania”. Por isso, o autor considera, principalmente para o aluno das classes populares, a escola de Ensino Médio como, em muitos casos, a única chance que eles têm para “reforçar o sentido de sua cultura e de seus múltiplos valores. Ele, a ela, ocorre como a única instância capaz de ajudá-lo a abrir portas para ampliar as possibilidades de imprimir dimensão social e políticas a sua vida” (CARNEIRO, 2012, p.248).

Na tabela 4, é possível visualizar a divisão entre os alunos das escolas públicas e privadas, que responderam positiva e negativamente quanto ao alinhamento entre a escola e os seus objetivos futuros. Como a maior parte dos estudantes demonstrou interesse em ingressar no Ensino Superior e boa parte nos cursos técnicos, nota-se que a maioria acredita que a escola esteja subsidiando seus anseios.

Tabela 4 - Suporte da escola (privada/pública) no cumprimento dos objetivos futuros dos alunos

	Nº de alunos	Percentual
Particular (n = 72)		
Não	3	4.17%
Sim	69	95.83%
Pública (n = 166)		
Não	64	38.55%
Sim	102	61.45%

Fonte: dados da pesquisa.

O fato de os alunos (N= 236 jovens) considerarem que a escola é importante para o seu futuro (99.16%), vai ao encontro dos motivos majoritários indicados para irem à escola, em ordem decrescente de ocorrência: Preparação para o futuro; conteúdos importantes (ambos estão relacionados ao papel da escola na ótica da maior arte dos alunos investigados); interação com os colegas de sala; e pais obrigam. Do total de alunos participantes da pesquisa (N=238), apenas 2 deles não consideraram a escola importante para o futuro. Desse modo, apesar de os alunos, majoritariamente, afirmarem que a escola ajuda em seu percurso após a conclusão do Ensino Médio e que é importante para o futuro, ou seja, terem uma representação social positiva perante a escola,

indicaram que a estrutura da escola como um todo deveria mudar (64.29%). Quanto às mudanças a serem empreendidas no Ensino Médio especificamente, não houve, percentualmente, uma diferença que possa ser considerada significativa entre os alunos que consideraram que são necessárias (50.42%) e os que consideraram que o mesmo precisa de alterações (49.58%).

Tabela 5 - Necessidade de mudança na escola e no Ensino Médio

	Nº de alunos (n = 238)	Percentual
A escola como um todo		
Não	84	35.29%
Sim	153	64.29%
O ensino médio		
Não	120	50.42%
Sim	118	49.58%

Fonte: dados da pesquisa.

Carneiro (2012) considera necessários alguns passos para a ressignificação do Ensino Médio, o primeiro deles está no que chama de “desmuramento virtual”, que envolve uma abertura, valorização das diferenças e dessacralização dos conteúdos curriculares. O segundo passo envolve a compreensão da escola como uma comunidade de interesses, ou seja, dar sentido aos interesses individuais. O terceiro passo consiste em compreender o ensino não como um currículo fechado, mas processo de condução de aprendizagem. O passo seguinte seria colocar o jovem como sujeito central da escola de Ensino Médio. Para todas as mudanças necessárias, o autor deixa claro a necessidade de recursos: “[...] não há uma única experiência no mundo em que se desenvolveram altos padrões educacionais com discursos, mas, sim, com recursos” (p.173).

As descrições a seguir trazem representações sociais que os estudantes têm de si próprios como alunos, considerando-as como comportamentos em miniatura a partir dos quais o indivíduo infere as suas concepções de mundo e, também, deduz a sua orientação para a ação (LEONTIEV, 1978). Quanto à dedicação nos estudos, a maior parte dos alunos (N= 197) se considera como aluno aplicado (82.77%), enquanto 17.23% deles (N= 41) não se veem dessa forma. Não foi feita nenhuma definição do que seria um aluno aplicado, de maneira que envolve um nível de subjetivação quanto ao que envolva a aplicação no contexto escolar.

Ao informarem o período que estudam fora daquele no qual estariam na escola, 54.62% dos alunos afirmaram ser de 1 a 3 horas, 27.31% não estudam fora do período escolar e 18.07% estudam de mais de 3 horas. Lembrando-se que uma das escolas estaduais participantes desta pesquisa é em tempo integral.

Tabela 6 - Tempo de estudo extra escolar

	Nº de alunos (n = 238)	Percentual
Tempo (horas)		
De 1 a 3	130	54.62%
Mais de 3	43	18.07%
Não se aplica	65	27.31%

Fonte: dados da pesquisa.

Quanto a cursos realizados fora da escola e que contribuíssem de alguma maneira para a sua formação, a maior parte dos alunos não frequenta (68%) cursos dessa natureza. Dentre os que frequentam (32%), a maioria se refere a cursos de idiomas e outra parte a cursos técnicos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)⁷.

A proporção de alunos que frequenta, ou não, cursos complementares pode ser observada, dividida entre as escolas particulares e públicas, na tabela 8. Não foram encontradas diferenças proporcionais significativas entre os alunos das escolas públicas e privadas.

Tabela 7 - Frequenta curso extra escolar

	Nº de alunos	Percentual
Particular (n = 72)		
Não	48	66.67%
Sim	24	33.33%
Pública (n = 166)		
Não	113	68.07%
Sim	53	31.93%

Fonte: dados da pesquisa.

Para verificar a relação entre determinadas variáveis foi utilizado, como citado no início deste relatório, o teste de qui-quadrado. Lembra-se que, caso o valor-p seja menor que 5% ou 0,05 (conhecido por nível de significância), há informações estatísticas suficientes para considerar que existe uma relação entre as duas variáveis estudadas no cruzamento e se o valor-p for maior ou igual a 5% se deve considerar que as variáveis estudadas no cruzamento não têm relação estatística alguma (o valor-p não foi significativo), são independentes (o acontecimento em uma variável não interfere na outra).

Quando a condição foi violada para a realização do teste qui-quadrado (quando menos de 5 sujeitos assinalaram uma alternativa), foi realizado o teste Exato de Fisher, que testa a hipótese de que duas variáveis, apresentadas em uma tabela 2x2, estejam associadas.

⁷ Realizados à parte do Ensino Médio regular, cursado na escola pública estadual.

Chama-se de condição violada porque o teste qui-quadrado se baseia nas frequências encontradas (nos dados) e esperadas (calculadas), e uma de suas premissas é que as frequências esperadas não podem ser menores que 5. Caso uma ou mais sejam menores que 5, o teste perde toda a precisão e pode gerar resultados equivocados. A saída foi utilizar o teste Exato de Fisher que não tem esse problema. Foi o que ocorreu quanto às variáveis: renda da família versus pretende cursar Ensino Superior.

Tabela 8 - Renda da família vs. pretende cursar Ensino Superior

Renda familiar	Cursar ens. superior		Total
	Não	Sim	
Até R\$ 2.409,00	3 ⁸	57	60
Mais de R\$ 2.409,00	16	162	178
Total	19	219	238

Fonte: dados da pesquisa.

O valor $-p = 0,4173$ indica que não é significativa, ou seja, as variáveis são independentes. O teste demonstra que a hipótese não se confirmou de que quanto maior a renda familiar, mais frequente o objetivo de cursar o Ensino Superior. Ou seja, este estudo demonstrou que cursar o Ensino Superior é um desejo dos jovens, independentemente da renda familiar.

Quanto ao cruzamento entre a renda da família e o desejo manifesto de fazer um curso técnico, foi realizado o teste de qui-quadrado, segundo o qual se obteve o valor de $-p = 0,4865$. O valor de p foi não significativa, ou seja, as variáveis são independentes.

Tabela 9 - Renda da família vs. pretende cursar ensino fazer curso técnico

Renda familiar	Cursar ens. Técnico		
	Não	Sim	Total
Até R\$ 2.409,00	33	27	60
Mais de R\$ 2.409,00	107	71	178
Total	140	98	238

Fonte: dados da pesquisa.

Sobre o interesse em cursar Ensino Superior versus nível de escolaridade dos pais (considerando a maior escolaridade entre o pai e a mãe), foi realizado o teste de qui-quadrado, o valor de $-p = 0,2762$, foi não significativa, ou seja, as variáveis são independentes.

⁸ Viola a quantidade necessária para realização do teste qui-quadrado.

Tabela 10 - Pretende cursar Ensino Superior X nível de escolaridade dos pais

Cursar superior	Escolaridade dos pais			Total
	< Ensino Médio	Ensino Médio completo	Ensino Superior	
Não	4	10	4	18
Sim	48	83	86	217
Total	52	93	90	235

Fonte: dados da pesquisa.

Sobre o desejo de fazer curso técnico versus nível de escolaridade dos pais (considerando a maior escolaridade entre o pai e a mãe), foi realizado o teste de qui-quadrado, obtido o valor-p = 0,0423, significativo, isto é, existe uma relação entre as variáveis.

Tabela 11 - Pretende fazer curso técnico X nível de escolaridade dos pais

Cursar técnico	Escolaridade dos pais			Total
	< Ensino Médio	Ensino Médio completo	Superior	
Não	23	56	59	138
Sim	29	37	31	97
Total	52	93	90	235

Fonte: dados da pesquisa.

É interessante observar que cursar Ensino Superior não tem relação com a escolaridade dos pais, mas cursar o técnico tem. Evidencia-se o desejo de jovens das camadas populares e de pais com baixa escolaridade de ingressar no Ensino Superior, mas o contrário não é verdadeiro: os alunos cujos pais têm nível de escolaridade mais alta não anseiam fazer curso técnico.

Casagrande e Alonso (2018, p.93) constata “que o sistema econômico no qual vivemos é desigual, o que significa que os jovens pobres de fato acessam o mercado de trabalho antes do jovem da elite, por exemplo, para os quais o sentido unidirecional é a universidade”, aliado a isso, diante da relação entre as variáveis, entraria (no caso desta pesquisa, seria mais determinante) a questão do nível de escolaridade dos pais.

Em se tratando da relação entre o tempo que estuda fora do período em que está na escola versus considera a si próprio como um aluno aplicado, após a realização do teste de qui-quadrado, o valor-p = 0,0002 é significativo, o que indica a existência de uma relação entre as variáveis.

Tabela 12 - Tempo que estuda fora do período em que está na escola X considera a si próprio como um aluno aplicado

Estuda fora da escola	Aluno aplicado		Total
	Não	Sim	
Não	21	44	65
Sim	20	153	173
Total	41	197	238

Fonte: dados da pesquisa.

Apesar de não serem indicados, como informado, os parâmetros de quais características seriam intrínsecas a um aluno aplicado, há indícios de que, para os jovens investigados, estudar fora do tempo em que estão na escola, é um fator determinante. É algo relevante, pois para o imaginário dos alunos do Ensino Médio a responsabilização por estudar além do período escolar. A reportagem sobre o jovem Pedro Calil, que estudava 13 horas por dia e conseguiu a vaga no curso de engenharia aeronáutica na Universidade de São Paulo (USP) é um exemplo de alimento para a construção desse imaginário⁹.

Outra justificativa dos jovens que vale a pena destacar é a falta de comprometimento, ligando com as considerações acima de Lalueza, Crespo e Campos (2010), pensa-se que talvez ainda seja necessário promover práticas de organização do pensar, junto aos jovens, para o uso da internet como ferramenta educativa e não apenas estabelecimento de rede social, cujo uso é frequente. Desse modo, seria necessário estabelecer uma autonomia ligada ao uso da internet e dos aparatos tecnológicos como ferramentas de estudo antes de implementar uma política que suponha que isso exista.

Considerações finais

Esta pesquisa identificou que o principal interesse dos jovens do 3º ano do Ensino Médio investigados foi o ingresso no Ensino Superior. Dado que esse foi o interesse da maior parte dos jovens investigados, infere-se que eles esperam que a escola deva estar direcionada para tal fim: auxiliar para que se insiram em universidades/faculdades públicas ou privadas, no Ensino Superior. O que confirma o traço marcante do Ensino Médio brasileiro, que “impregnou-se, desde a sua organização inicial, de um caráter elitista à medida que sua função jamais foi fechar o ciclo da educação básica, mas sim, abrir a porta para o ciclo da educação superior” (CARNEIRO, 2012, p.21).

⁹ Disponível em <http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2015/08/jovem-estuda-13-horas-por-dia-e-garante-vaga-em-2-federais-pelo-enem.html>.

Dentre os cursos mais desejados pelos alunos desta pesquisa, estão os cursos com maior prestígio social: Medicina, Direito, Engenharia e Medicina Veterinária.

Ao verificar a relação entre as variáveis, o que se mostrou significativo, pelo valor -p, foi o interesse em fazer curso técnico e o nível de escolaridade dos pais, indicando que quanto menor o nível de escolaridade, mais interesse há no nível técnico de ensino como opção futura.

Quanto à renda, apesar do valor -p não ser significativo quando relacionou-se renda da família vs. pretende cursar Ensino Superior, nota-se que o número de alunos com renda de mais de R\$ 2.409,00 é maior (162 alunos) do que o de alunos com renda abaixo desse valor e que se interessam por dar continuidade aos estudos em nível universitário (57 alunos). Destaca-se, também, o número maior de alunos com renda maior que R\$ 2.409,00 que manifestaram desinteresse por fazer curso técnico (107 alunos) e a menor parte que denotou tal interesse (71 alunos).

O tempo que os alunos estudam fora do período em que estão na escola vs. se consideram como alunos aplicados, mediante teste qui-quadrado, são variáveis relacionadas, o que revela uma imagem de aluno dedicado que os estudantes do Ensino Médio investigados nesta pesquisa têm.

Referências

- BEIGUELMAN, B. **Curso de Bioestatística Básica**. 4ed. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Genética, 1996.
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. A “juventude” é apenas uma palavra. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 112-121.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Senado Federal, 1996.
- BRASIL. **Resolução CEB nº 3, de 26 de junho de 1998**. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, 1998.
- BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Brasília, 16 de fevereiro de 2017, 2017a.
- BRASIL/MEC/Inep. **Censo Escolar da Educação Básica 2016 – Notas Estatísticas**. Brasília-DF, fevereiro de 2017, 2017b.
- BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº: 3/2018**. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, 2018.
- CARNEIRO, M. A. **O nó do Ensino Médio**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- CASAGRANDE, A. L.; ALONSO, K. M. Ensino Médio em foco: política educacional, mercado e educação pública. In: ALFERES, M. A. (Org.). **Qualidade e políticas públicas na educação 3**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2018, p.84-95.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 18 ed., revista e ampliada. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

- CASTRO, L. R. de. Os jovens podem falar? Sobre as possibilidades políticas de ser jovem hoje. In: DAYRELL, J.; MOREIRA, M. I. C.; STENGEL, M. **Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011, p.299-324.
- CUNHA, L. A. **Política educacional no Brasil: a profissionalização do Ensino Médio**. Livraria Eldorado Tijuca: Rio de Janeiro, 1977.
- CUNHA, L. A. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: FLACSO, 2005.
- GATTI, B. A pesquisa quantitativa. **Seminários de pesquisa – Anais**. São Paulo: FE/USP, 1986.
- KUENZER, A. Z. Trabalho e escola: a flexibilização do Ensino Médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educ. Soc.** Campinas, v. 38, p. 331-354, abr./jun., 2017.
- LALUEZA, J. L.; CRESPO, I.; CAMPOS, S. As tecnologias da informação e da comunicação e os processos de desenvolvimento e socialização. In: COLL, C.; MONEREO, C. (Orgs.), **Psicologia da Educação Virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- LEÃO, G. Entre sonhos e projetos de jovens, a escola... In: DAYRELL, J.; MOREIRA, M. I. C.; STENGEL, M. **Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011, p.99-116.
- LEONTIEV, A. **O Desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.
- MEC/Inep/DEED. **Censo Escolar 2010: visão geral dos principais resultados**. Brasília, 20 de dezembro de 2010.
- MOTTA, V. C.; FRIGOTTO, G. Por que a urgência da reforma do Ensino Médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). **Educ. Soc.** Campinas, v. 38, p. 355-372, abr./jun., 2017.
- PALFREY, J.; GASSER, U. **Born digital: understanding the first generation of digital natives**. New York, Basic book, 2008.
- SAVIANI, D. Política Educacional no Brasil após a ditadura militar. **Rev. HISTEDBR On-line**, Campinas, v.18, n.2[76], p.291-304, abr./jun. 2018.
- VEJA. Ibope: Temer é aprovado por 3% e reprovado por 77% da população. **Revista Veja**. Publicado em 28 set. 2017. Disponível em <https://veja.abril.com.br/politica/popularidade-de-temer-cai-so-3-aprovam-seu-governo-diz-ibope/>. Acesso em 11 jan. 2019.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 18/02/2020
Aprovado em: 05/05/2021